



Valorizar o património é valorizar o desenvolvimento cultural, social e económico do concelho de Lagos **Pelo direito à cultura, combatendo a sua desvalorização**

O Património histórico, material e imaterial, é um importante e precioso activo, fundamental no desenvolvimento cultural, social e económico das comunidades. Porque é um elemento estrutural da memória histórica colectiva de um povo ou comunidade; porque desempenha um importante papel na educação e formação cívica das populações, bem como, na preservação da sua identidade histórica e cultural e ainda porque têm um impacto positivo em várias áreas da actividade económica, com destaque para o turismo.

As estratégias desenvolvidas em torno da reabilitação, revitalização e desenvolvimento dos centros históricos e do património histórico edificado são por isso muito relevantes para dinamizar as vilas e cidades do nosso País.

A preservação e divulgação do Património histórico é hoje uma importante reivindicação das populações, mobilizando amplos sectores da nossa sociedade.

Essa responsabilidade cabe, em primeiro lugar ao Estado, por via do Governo Central. Trata-se da defesa da identidade, memória histórica e cultura, importantes elementos da soberania e independência nacionais, como consagrado na Constituição da República Portuguesa, e deve ser por isso alvo de políticas dotadas de recursos e financiamento públicos adequados, articuladas no plano local com as autarquias.

É neste contexto que o papel das autarquias é imprescindível e muitas vezes determinante, sobretudo se tivermos em conta o desinvestimento do Estado nesta área. Um papel importante na área do património material, nomeadamente o edificado, mas também na defesa do património histórico e cultural imaterial.

Uma das importantes vertentes desta área é a preservação, dinamização e fruição popular dos monumentos e edifícios históricos e a articulação dessa política com a dinamização dos centros urbanos. Uma política que tirando partido das potencialidades turísticas não pode contudo ser determinada por interesses que colidem com a necessidade de consagrar o direito à habitação, de dinamizar o comércio e economia locais, de promover o artesanato, a cultura e a gastronomia locais, de garantir o direito à fruição cultural e de defender a memória histórica e preservar a fruição popular de todo o património histórico e cultural edificado.

É no quadro da preservação da memória histórica e da fruição popular do património edificado que se deve investir na recuperação, requalificação e valorização do Património material e imaterial, histórico, cultural e militar. Como é o caso no nosso concelho de dois dos três monumentos classificados de interesse nacional, as muralhas de Lagos e a Igreja de

S. Sebastião e de dois monumentos classificados como de interesse público, o Forte da Meia Praia e a Fortaleza da Ponta da Bandeira. Sendo da máxima urgência a sua recuperação.

Assim, os eleitos da CDU propõem, que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 25 de setembro de 2023 delibere instar o Governo e em particular o Ministério da Cultura:

1- A desenvolver o Programa Nacional de Emergência do Património Cultural para diagnosticar, conhecer e monitorizar as reais necessidades de intervenção e salvaguarda do património material e imaterial, tal como a elaboração de uma Carta de Risco com as prioridades de intervenção de salvaguarda e de investimento no património edificado público classificado ou em vias de classificação a nível nacional;

2 - A promover a reativação do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, com dotações orçamentais dignas, seja uma realidade, considerando que os trabalhos específicos no contexto deste Plano são de extrema importância para o desenvolvimento da Arqueologia enquanto domínio do conhecimento no nosso País, bem como para a própria prática arqueológica, devendo encontrar funcionamento regular e financiamento digno por parte da tutela da Cultura;

3 - Remeter a presente moção para: Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Ministro da Cultura. e comunicação social

Lagos, 25 de setembro de 2023

Os eleitos da CDU

José Manuel Freire

Ana Paula Viana